



VILAREALSTºANTONIO

1  
aut.

## ATA Nº. 11/2014

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 16 DE ABRIL DE 2014.

Aos dezasseis dias do mês de abril de 2014, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, Luís Filipe Soromenho Gomes, comigo, Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2013.
- APROVAÇÃO DO ÍNICIO DO PROCEDIMENTO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.
- APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA DE GESTÃO RELATIVO À LIMPEZA URBANA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PARQUEAMENTO DA FRENTE MAR DA PRAIA DA MANTA ROTA, ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M.S.A.

2  
aut.

- APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO RELATIVO À LIMPEZA URBANA E ORGANIZAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÔNIO E À ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DA PRAIA DE MONTE GORDO.
- RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO DE “GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS, LOCALIZADOS DE FORMA DISPERSA NA VIA PÚBLICA NOS NÚCLEOS URBANOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÔNIO E MONTE GORDO E NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE MONTE GORDO”

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

3  
aut.

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2013.**

- O Sr. Presidente deu nota de uma errata que distribuiu aos presentes relativa a gralhas de texto, referindo serem questões de detalhe, documento apenso a esta ata.
- O Sr. Vereador David Murta referiu o pouco tempo disponível para analisar este ponto e informou que deixaria para os deputados do seu partido na Assembleia Municipal uma análise política e técnica mais cuidada e nesse sentido poderá haver alteração no sentido da votação. Chamou a atenção para as seguintes questões:
- O resultado líquido negativo, frisando que as contas do município não são para dar lucro, 6 milhões e 500 mil euros, valores superiores a 2012, mesmo depois de tanta medida de contenção financeira anunciada e propagandeada;
- Despesa, mesmo sabendo-se que os números englobam os valores do PAEL que distorcem as contas apresentadas, ao olhar para os quadros fica-se abismado com a diferença existente entre os compromissos assumidos e as despesas pagas;
- No PPI considerou que 11% de execução é muito pouco;
- No Quadro do Endividamento (Outras dívidas a Terceiros) , o valor aumentou 3 milhões e 800 mil € relativamente a 2012, situando-se agora nos 64 milhões, mencionado que o PAEL já não chega;

4  
D. A. S.

- No relatório de gestão verificam-se receitas na ordem dos 18 milhões e 900 mil euros e despesa no valor de 19 milhões, sendo que estas últimas aumentam em relação a 2012 cerca de 1 milhão de €.

- Nas contas consolidadas, no passivo verifica-se que as dívidas a terceiros aumentam 10,2 milhões, o que significa mais dívida para o futuro.

Formulou ainda as seguintes questões:

- No ativo, qual o motivo do aumento da rubrica "Outros devedores" ao município num valor aproximado de 13 milhões;

- Investimentos Financeiros, a que se deve o enorme aumento na rubrica "Investimentos e Imóveis" no valor de 40 milhões;

- Imobilizações corpóreas, a que se deve a respetiva diminuição de valor aproximado a 38 milhões em "terrenos e recursos naturais".

- Certificação legal de contas, chamou a atenção para o que é referenciado no ponto 10.2 e 10.3, mencionando que quando a bancada do PS alerta para os gastos supérfluos inerentes a uma série de prestação de serviços, não é por emburrância política, é para evitar que se chegue à situação mencionados nos referidos pontos, que implicam cortes nas transferências do Estado para o Município no ano de 2014, o que é bastante preocupante.

Por fim, lembrou que há cerca de três meses, numa reunião extraordinária o PS tinha questionado o executivo sobre as dívidas às Águas do Algarve, e que agora seria de interesse que se atualizasse a informação constante no ponto 10.7 da certificação legal de contas sobre o mesmo assunto.



5  
A.J.

- O Sr. Presidente respondeu às questões formuladas referindo que o ligeiro aumento do resultado líquido negativo deve-se aos juros de mora por o PAEL ainda não ter sido aprovado. Explicou ainda que este ano temos menos IMT face ao ano passado e que há, por parte dos municípios cerca de 50.000 euros de dívidas de água e 125.000 euros de dívida de habitação social para com a autarquia. No entanto entende que, face à situação atual, pretende continuar a dar respostas sociais aos municípios. Relativamente às Águas do Algarve, informou que já fez questão de colocar à consideração da AMAL a discussão dos contratos em vigor com a empresa.

- O Sr. Vereador José Cruz disse que a aprovação do PAEL provocará uma melhoria na tesouraria da câmara e que a sua preocupação atual é de que a receita desceu na base dos 25 milhões de euros e que se avizinham sérias dificuldades. Referiu que tem de haver qualquer coisa que anime a atividade económica do concelho.

- O Sr. Presidente afirmou que o Sr. Vereador José Cruz tem uma visão lúcida e atual das questões e explicou que quando as receitas baixam em 60%, como aconteceu, é impossível fazer o equilíbrio sem despedir trabalhadores e que essa situação está fora de questão.

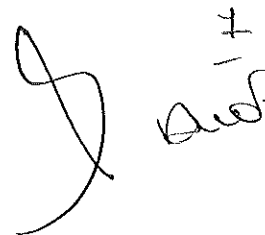
= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a prestação de contas relativas ao ano de 2013 e propor à referida assembleia que o Resultado Líquido negativo do Exercício no valor de 6.586.063,74€ seja transferido para a Conta de Resultados Transitados (59), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a sua declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

6  
D. Murta

## APROVAÇÃO DO ÍNICIO DO PROCEDIMENTO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.

- O Sr. Vereador José Cruz disse que defende a delegação de competências com base no mútuo acordo e que aumentar o quadro de pessoal das Juntas de Freguesia é uma perda de economia de escala.
- O Sr. Vereador David Murta perguntou se esta situação poderá significar transferência de pessoal para as juntas.
- O Sr. Presidente respondeu que as juntas vão transformar-se em mini- câmaras e que as mesmas não têm capacidade para estas transferências.
- = A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser elaborado o estudo prévio de viabilidade para início de procedimento com vista à celebração dos acordos de execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



**APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA DE GESTÃO RELATIVO À LIMPEZA URBANA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PARQUEAMENTO DA FRENTE MAR DA PRAIA DA MANTA ROTA, ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M.S.A.**

- O Sr. Vereador José Cruz informou que votará contra tendo em conta que a este procedimento estão associados os parques de estacionamento.

- O Sr. Presidente explicou que os parqueamentos, este ano, vão ser geridos pela autarquia pelo que não serão entregues a nenhuma empresa.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da assembleia municipal para autorização ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 na redação dada pela retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, a celebração do contrato-programa relativo à Limpeza Urbana e Organização do Espaços de Parqueamento da Frente Mar da Praia da Manta Rota, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi formulada a seguinte declaração de voto:

“O PS não é publicamente contra as empresas municipais e frisou bem isso durante a passada Campanha Eleitoral Autárquica. Tem-se batido sim, pela sua forma de gestão e orientação política.

8  
Aut.

No nosso entender, a contínua e sucessiva passagem de competências para a empresa municipal, que que haja o devido acompanhamento político, e sem que se possa aferir da sua eficácia e eficiência, é a demonstração clara dessa forma de gestão e orientação.

Alia-se a este facto, o total desconhecimento sobre a existência de um PLANO ESTRATÉGICO OPERACIONAL (não meramente constituído por chavões gerais) para a empresa municipal.

E por tal não se consegue compreender, uma vez que faz cada vez mais de tudo, quais as verdadeiras valências onde pode ser efetivamente mais eficaz.

Face ao exposto, e até que esse plano operacional não seja desenvolvido ou nos seja apresentado, passamos a votar contra propostas deste género."



9  
Aut.

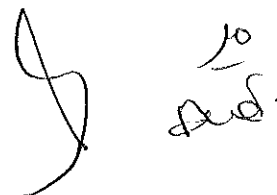
APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO RELATIVO À LIMPEZA URBANA E ORGANIZAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E À ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DA PRAIA DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da assembleia municipal para autorização ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 na redação dada pela retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, a celebração do contrato-programa relativo à Limpeza Urbana e Organização da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António e à Organização e Exploração dos Parques de Estacionamento da Praia de Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi formulada a seguinte declaração de voto:

“O PS não é publicamente contra as empresas municipais e frisou bem isso durante a passada Campanha Eleitoral Autárquica. Tem-se batido sim, pela sua forma de gestão e orientação política.

No nosso entender, a contínua e sucessiva passagem de competências para a empresa municipal, que que haja o devido acompanhamento político, e sem que se possa aferir da sua eficácia e eficiência, é a demonstração clara dessa forma de gestão e orientação.



Alia-se a este facto, o total desconhecimento sobre a existência de um PLANO ESTRATÉGICO OPERACIONAL (não meramente constituído por chavões gerais) para a empresa municipal.

E por tal não se consegue compreender, uma vez que faz cada vez mais de tudo, quais as verdadeiras valências onde pode ser efetivamente mais eficaz.

Face ao exposto, e até que esse plano operacional não seja desenvolvido ou nos seja apresentado, passamos a votar contra propostas deste género.”

**RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO DE “GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS LOCALIZADOS DE FORMA DISPERSA NA VIA PÚBLICA NOS NÚCLEOS URBANOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO E NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE MONTE GORDO”.**

- O Sr. Vereador José Cruz pediu para que os juristas tenham especial atenção à reclamação da empresa, que consta no processo, e se a mesma não poderá anular esta resolução.

- O Sr. Vereador David Murta perguntou qual foi a contrapartida para o Município da exploração pela empresa no Verão de 2013.

9 205.

- O Sr. Presidente explicou que houve incumprimento por parte da empresa em tudo e que a Câmara Municipal ficou com o conjunto de investimentos feito pela empresa e com a garantia bancária que tinha sido depositada.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da assembleia municipal a resolução sancionatória do contrato de "Gestão e Exploração de Zonas de Estacionamento Tarifados Localizados de Forma Dispersa na Via Pública nos Núcleos Urbanos de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos Parques de Estacionamento de Monte Gordo" celebrado com a sociedade ESSE – Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, S.A., por incumprimento do mesmo, assim como, o acionamento da caução prestada no valor de 12.000,60€ (doze mil euros e sessenta cêntimos), bem como a data a partir da qual a resolução do contrato produzirá efeitos o décimo dia útil seguinte à deliberação daquele órgão, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro, Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.





VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

13  
Des.

Aprovado em reunião

de 16 ABR 2014

N.º Propostas/2014/112

### ASSUNTO:

Aprovação da Prestação de Contas de 2013

### CONSIDERANDO QUE:

- a) De acordo com o disposto na alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal “elaborar e aprovar (...) os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal” em conformidade com o disposto no artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.
- b) Os documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no DR II.ª Série, n.º 191, de 18/08/2001.

### PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

1. Aprovar os documentos de Prestação de Contas da Gerência referente ao exercício de 2013.
2. Submeter os mesmos à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação.
3. Que seja proposto à Assembleia Municipal que o Resultado Líquido negativo do Exercício no valor de 6.586.063,74€ seja transferido para a Conta de Resultados Transitados (59).

Vila Real de Santo António, 14 de Abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



14  
aut.  
[Signature]

## Declaração de voto sobre a prestação de contas de 2013:

Manifestamos a nossa preocupação pelo acentuar da descida na receita do Município, por estarem esgotadas, devido à austeridade as capacidades de aumento da recolha de receitas, sem que o País retome a atividade económica.

Mais que a análise do passado, o que interessa é o que a leitura destas contas nos deixa em relação ao futuro.

A percentagem de endividamento e das consequentes despesas permanentes provoca um sufoco orçamental e uma insustentável drenagem de recursos para o capital financeiro.

Só uma renegociação da dívida portuguesa e a alteração da política a nível nacional pode inverter esta tendência e reparar os estragos.

Grande parte do estrangulamento deriva da política de ajustamento financeiro e da descaracterização do Poder Local, provocada pela legislação contra as autarquias feita pelos sucessivos governos, em especial nos últimos três anos, ao abrigo do chamado "Livro Verde".

Vila Real de Santo António, 16 de Abril de 2014

O Vereador

José Cruz

